

Documentação

Fonte *Gm*

Data *11/1/2000* Pg *A6*

Class. *547*

AES financia plano de seqüestro de carbono

Projeto no Tocantins, orçado em US\$ 1 milhão, é 50 vezes mais barato do que experiências similares no mundo

Regina Scharf
de São Paulo

Comunidades da região Amazônica estão, cada vez mais, arregaçando as mangas e desenvolvendo projetos para aumentar sua renda e preservar a natureza. Um dos melhores exemplos é um projeto na Ilha do Bananal (TO), patrocinado por uma multinacional do setor elétrico, que vai conseguir "seqüestrar" carbono da atmosfera por um custo até 50 vezes menor do que a maioria das experiências similares. Ambicioso, ele prevê a preservação de 200 mil hectares do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Estadual do Cantão, uma produção anual de 240 mil mudas e a recuperação de 800 hectares por ano.

O projeto conseguiu US\$ 1 milhão para os primeiros cinco anos da AES Barry Foundation, associada à American Electric System. A empresa tem participações nas brasileiras Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Light, do Rio.

O primeiro de dois viveiros projetados foi inaugurado em agosto. Ele deverá produzir 120 mil mudas por ano, sobretudo árvores frutíferas, que serão empregadas num projeto agroflorestal que envolve 250 famílias, parte delas assentadas.

Também foi concluído o Centro de Pesquisa Canguçu, com capacidade para 12 cientistas. Por fim, estão sendo realizados planos de manejo para as duas unidades de conservação, com recursos do Ibama, a agência ambiental federal, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto prevê ainda a montagem de uma estrutura de ecoturismo e educação ambiental.

A meta é que este complexo de projetos seja sustentável no sétimo ano. Além do Ibama, a comunidade tem o apoio da agência ambiental estadual, a Naturatins, da Gaia, organização não-governamental local,

Ilha do Bananal

Evolução da devastação na área do projeto

Período	Área desmatada em hectares	% da área total
Antes de 1986	268.364	5,28
1986 - 1991	209.928	4,13
1991 - 1995	179.649	3,53
1995 - 1998	112.646	2,21
Total	770.587	15,15

Fonte: Divaldo Rezende

e das prefeituras dos municípios de Lagoa da Confusão, Cristalândia, Caseara, Pium e Dueré.

Fora esses investimentos, a grande peculiaridade do projeto é estudar qual é, de fato, o impacto da floresta — ou de sua ausência — na dinâmica de gases atmosféricos. Segundo Divaldo Rezende, dirigente do projeto e da Ecológica, empresa de consultoria especializada em mitigação de impactos e educação ambiental, é a primeira vez que um projeto de seqüestro de carbono chega a minúcias como o uso de imagens de satélite e avaliação de amostras de vegetação dos muitos ecossistemas envolvidos — florestas de terra firme e alagáveis, campos inundáveis e cerrado. A finalidade é determinar, exatamente, o papel das matas na purificação da atmosfera.

"A fundação buscava um projeto que conseguisse retirar da atmosfera 7 milhões de toneladas de carbono em 25 anos", conta Rezende. "Acho que vamos conseguir tirar 25 milhões". Engenheiro agrônomo, ele está transformando sua experiência numa dissertação de doutorado pela Universidade de Hohenheim, em Stuttgart, Alemanha.

No seu levantamento bibliográfico, o pesquisador encontrou orçamentos de seqüestro de carbono com custos de até US\$ 50 a tonela-

das — mas nenhum deles realizado no Brasil. A média ficava, porém, entre US\$ 2 e US\$ 8 a tonelada. "Conseguimos um custo tão baixo porque temos algumas especificidades, como o trabalho em áreas de preservação", explica Rezende. O cálculo também não leva em conta o preço da terra. De toda forma, a estimativa dos gastos terá de ser acompanhada durante anos para verificar suas flutuações.

É fundamental que o custo desses empreendimentos seja reduzido — afinal, a queima de combustíveis fósseis incorpora à atmosfera aproximadamente 5 bilhões de toneladas de carbono por ano, que se somam aos 2 bilhões emitidos pelas queimadas e os desmatamentos.

Pelo Protocolo de Kyoto, assinado em dezembro de 1997 por 159 nações, os países desenvolvidos se comprometeram a cortar, em média, 5,2% de suas emissões de carbono, sobre os valores registrados em 1990. Eles têm um prazo até 2005 para poluir menos e amenizar o efeito estufa. A meta do protocolo é reduzir em um sexto a poluição despejada na atmosfera — 6 bilhões de toneladas de carbono anuais.

Para tanto, o carbono converteu-se numa espécie de moeda de troca entre ricos e pobres. Sugerido pelo Brasil em Kyoto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo propõe que o plantio de novas florestas ou a adoção de tecnologias menos po-

luentes em países pobres seja remunerado por empresas de países ricos, numa compensação pelo impacto que produzem.

Até o fim deste ano, uma comissão internacional formada no âmbito do protocolo deverá determinar que tipos de empreendimentos poderão participar. Os primeiros certificados poderão, então, ser emitidos e poderão ser retroativos ao ano passado.

Além da AES Barry Foundation, há outros investimentos estrangeiros em seqüestro de carbono em andamento no País. A Central & South West Corporation (CSW), segunda maior concessionária de energia elétrica norte-americana, e a montadora francesa Peugeot desenvolvem projetos no Paraná e no Mato Grosso, respectivamente. O projeto da Peugeot porém, ganhou notoriedade em novembro, quando a empresa foi multada pelo Ibama, a agência ambiental federal, por uso irregular de agrotóxicos, o que teria promovido a morte de animais silvestres.

Amazônia também adota o modelo

Projetos de desenvolvimento sustentável com participação comunitária, como o da Ilha do Bananal, também estão se multiplicando na Amazônia. É o caso do Projeto Agroflorestal em Consórcio Adensado (Paca), no norte do Mato Grosso, onde 245 famílias ganharam tranquilidade diversificando a produção agrícola numa área devastada onde só havia capim de baixa qualidade. Elas estão plantando café, guaraná, gergelim e urucum e se preparam para industrializar mel e palmito de pupunha.

Outro exemplo é o da comunidade de Boa Vista de Ramos (AM), cujos 12 mil habitantes planejam,

coletivamente, o destino que darão à terra. Orientados por uma ONG, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo), e a prefeitura, eles estão se organizando para fazer a regularização fundiária, incrementar a geração de renda e produzir um atlas municipal. Este mapeará o uso da terra, a hidrografia, a vegetação e dados socio-econômicos de Boa Vista de Ramos.

Segundo Warwick Manfrinato, agrônomo que coordena o projeto pelo Imaflo, a fase de planejamento, orçada em US\$ 150 mil, teve patrocínio do Conselho Nacional das Instituições Filantrópicas da Loteria Inglesa. Recursos de fora também

estão impulsionando o projeto Paca, que recebeu US\$ 182 mil do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7) e negocia novo repasse para construir sua fábrica.

"Produzimos 80 sacas de 60 quilos de café em 1999 e já estamos vendendo para vários estados", conta José Vieira, um dos gerentes do projeto. Os outros produtos, em menor escala, ajudam a dar tranquilidade para os produtores. "Vários já estão conseguindo comprar terras, carros e motos", diz Vieira, para quem o modelo está sendo tão bem sucedido que já começa a ser imitado nas vizinhanças.

(R.S.)